

**Idolatria ou
demonização: o que os
candidatos do ENEM
pensam do Estado?**

Idolatry or demonization: the
candidates ENEM think the
state?

La idolatría o demonización: los
candidatos ENEM piensan que
el estado?

Adriano Oliveira¹
Carlos Gadelha^{2, 3}

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de responder a seguinte indagação: *Os estudantes brasileiros, candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), idolatram o Estado ou o demonizam?* Esta indagação surge em razão do profícuo debate ente Melo (2016) e Souza (2015; 2016) sobre a demonização ou não do Estado na sociedade brasileira. Como tal debate carece de dados empíricos, buscamos, inicialmente, em Almeida (2007) e Lamounier e Souza (2010) argumentos para responder a indagação proposta. Porém, os argumentos dos autores citados nos conduzem a interpretar as opiniões dos candidatos do Enem. Pesquisa de opinião pública realizada entre estes candidatos nos conduzem a resposta ao problema proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Estado brasileiro. Idolatria. Demonização. Candidatos ao Enem.

¹ Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Autor de diversos livros sobre eleições, dentre os quais *Eleições não são para principiantes: interpretando eventos eleitorais no Brasil*, Editora Juruá, 2014. E-mail: adrianopolitica@uol.com.br

² Mestre em Estatística pela UFPE. Doutorando em Sistema da Informação na UFPE. Estatístico do Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN). E-mail: carlos.gadelha@hotmail.com.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Departamento de Ciência Política. Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901, Brasil.

ABSTRACT

This article aims to answer the following question: Brazilian students, candidates for the National Secondary Education Examination (Enem), idolize or demonize State? This question arises from the fruitful debate being Melo (2016) and Souza (2015; 2016) about the demonization or not the State in Brazilian society. As such debate lacks empirical data, we sought initially in Almeida (2007) and Lamounier and Souza (2010) arguments to answer the question proposed. However, the arguments of these authors lead us to interpret the opinions of candidates Enem. Public opinion survey conducted among these candidates lead in the response to the proposed problem.

KEYWORDS: Brazilian state. Idolatry. Demonization. Enem candidates.

RESUMEN

En este artículo se pretende dar respuesta a la siguiente pregunta: estudiantes brasileños, los candidatos para el Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM), idolatran o demonizan Estado? Esta pregunta surge de la discusión fructífera siendo Melo (2016) y Souza (2015; 2016) sobre la demonización o no del Estado en la sociedad brasileña. Como tal debate carece de datos empíricos, hemos tratado inicialmente en Almeida (2007) y Lamounier y Souza (2010) argumentos para responder a la cuestión propuesta. Sin embargo, los argumentos de estos autores nos llevan a interpretar las opiniones de los candidatos Enem. encuesta de opinión pública realizada entre estos candidatos plomo en la respuesta al problema propuesto.

PALABRAS CLAVE: Estado brasileño. La idolatría. Demonización. Enem candidatos.

Recebido em: 16.02.2016. Aceito em: 19.03.2016. Publicado em: 30.05.2016.

Introdução

Souza (2015, 2016) levanta a tese de que o Estado brasileiro sofre processo de demonização. O que advém do Estado é ruim. Onde o Estado está presente, a ineficiência existe. Portanto, segundo Souza (2015), o poder estatal brasileiro é visto por muitos como uma instituição ruim, desnecessária e “que só atrapalha”.

Observo a premissa de Souza (2015) não como algo universal, ou seja, todos condenam o Estado brasileiro. O autor sugere que, em dados espaços sociais, existe a condenação do Estado; em outros, talvez não exista. No espaço onde existem autores com teses e ideias liberais, o Estado brasileiro é condenado. Nesse caso, o Estado brasileiro, para alguns, não pode ser indutor do desenvolvimento ou provedor ativo de políticas sociais.

Melo (2016) discorda de Souza (2015). Segundo ele, o Estado brasileiro não é demonizado, ao contrário, é exaltado, defendido, e tal exaltação e defesa são observadas na história brasileira. Segundo Melo (2016), são diversos autores que defendem o ente estatal, e o Estado brasileiro ocupa diversos espaços sociais e econômicos. Portanto, não existe tradição liberal no Brasil, mas tradição iliberal.

O debate entre Souza (2015) e Melo (2016) é enriquecedor. Contudo, faltam aos argumentos de ambas opiniões oriundas da opinião pública. Ou seja: *O que os brasileiros pensam do Estado? Os brasileiros desejam mais participação do Estado nos ambientes social e econômico?* Essas são perguntas-chave em que as respostas conduzem a interpretações e validação das teses de Souza (2015) e Melo (2016).

Não é satisfatória para a compreensão do debate entre idolatria *versus* demonização a mera afirmação de que o estado é idolatrado ou demonizado. Tal afirmação é construída com base em interpretações de argumentos construídos por outros autores. São, portanto, interpretações teóricas desprovidas de sustentação empírica, são percepções teóricas.

Lamounier e Souza (2010) mostram, por meio de pesquisa de opinião pública, que os brasileiros, na maioria, possuem mentalidade estatista. Defendem a intervenção do poder público na economia e diversas atividades gerenciadas pelo Estado, dentre as quais, aposentadoria, universidades e abastecimento de água. Com a mesma metodologia, Almeida (2007) afirma que o brasileiro, majoritariamente, ama o Estado. Segundo o autor, entre escolher o poder estatal ou a iniciativa privada no provimento de serviços, os brasileiros preferem o primeiro.

Os dados de Lamounier e Souza (2010) e Almeida (2007) revelam o estado da opinião pública brasileira. Com base nesses autores, portanto, não existe demonização do Estado, mas a idolatria dele por parte majoritária dos brasileiros. Então, a tese de Melo (2016) tem evidência empírica. A de Souza (2015) não, porém, volto a repetir: Souza considera que existe demonização do Estado em específicos setores sociais e econômicos.

Com o objetivo de incentivar o debate acadêmico, este artigo apresenta a opinião dos candidatos ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sobre o Estado brasileiro. As opiniões dos candidatos foram extraídas de pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN), na cidade do Recife, no primeiro dia de provas do Enem de 2015. Foram entrevistados 623 estudantes em todos os locais de prova.

Os estudantes brasileiros, candidatos ao Enem, idolatram o Estado ou o demonizam? Essa é a pergunta a que pretendemos responder neste artigo. Tentamos comprovar a seguinte hipótese, construída com base em Almeida (2007), Lamounier e Souza (2010) e Melo (2016): os jovens brasileiros idolatram o Estado. Utilizaremos a estatística descritiva para obter a resposta ao problema e a hipótese exposta.

No decorrer do texto, argumentaremos sobre cada resultado evidenciado. Em seguida, apresentamos o conceito de idolatria do Estado e concluímos que os estudantes, na maioria, idolatram o Estado. Com o objetivo de não frear o debate

sobre idolatria, o qual está presente no decorrer do texto, apresentamos argumentos com a seguinte tese, inspirada em Mendes (2014): a desigualdade extrema em um ambiente político democrático possibilita que indivíduos idolatrem o Estado.

Este artigo, certamente, não cessa o debate sobre demonização ou idolatria do Estado, mas incentiva o debate teórico e empírico quanto à concepção dos brasileiros sobre o ente estatal.

Nota metodológica e perfil do universo pesquisado

Em 24 de outubro de 2015, o IPMN entrevistou 623 candidatos do Enem em todos os locais onde as provas ocorreram na cidade do Recife. As entrevistas realizaram-se antes das provas se iniciarem. No universo de 623 entrevistados, temos que 49% são do sexo masculino e 51% do sexo feminino. No quesito idade, são 32,3% dos candidatos com mais de 22 anos e 42,3% dos estudantes têm entre 17 e 19 anos.

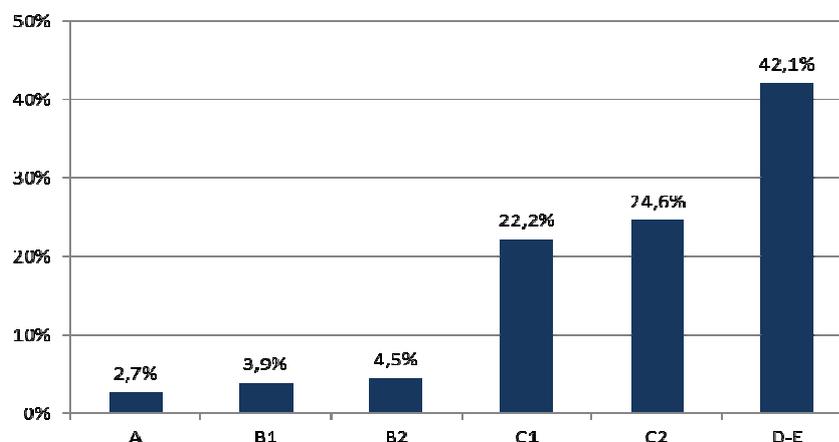
Afirmam que não estão estudando 33,5% e estão concluindo o 3.º ano científico 33,8%. Cursam o 1.º e o 2.º ano científico 18,8%, e 11,3% fazem cursinho pré-vestibular. Quanto aos chefes de família, concluíram o ensino médio ou têm o curso superior incompleto 55,4%. Têm curso superior completo 13,2%. À pergunta sobre religião, declaram ser católicos 48,1% dos estudantes entrevistados e 36,4% são evangélicos.

Na questão de renda, declaram 56,3% ter renda individual até 1 salário mínimo. Quanto à renda familiar, têm renda até 1 salário mínimo 10,8% dos entrevistados; entre 1 e 2 salários mínimos 37,3%; acima de 2 até 5 salários mínimo é a renda de 30,8% e 7,7% afirmam ter renda familiar superior a 5 salários mínimos. O Gráfico 1 revela que, na maioria, os jovens candidatos ao Enem pertencem às classes C (46,8%), D e E (42,1%).

Esclarecemos que a segmentação por classes apresentada neste artigo foi realizada a partir do Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB, ou simplesmente Critério Brasil, em sua versão apresentada pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) válida a partir de janeiro de 2015. Consiste em um instrumento de segmentação econômica que utiliza o levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de alguns itens domiciliares de conforto, grau escolaridade do chefe de família e também a condição do domicílio sobre o provimento de serviços públicos básicos) para diferenciar a população.

O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar e realiza a soma destes pontos. É feita então uma correspondência entre faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definidos por A, B1, B2, C1, C2, D-E. Como a classificação é feita com base na posse de bens e não da renda familiar, o critério resulta numa segmentação da população em termos de classes econômicas e não classes sociais.

Gráfico 1 – Classe social dos entrevistados

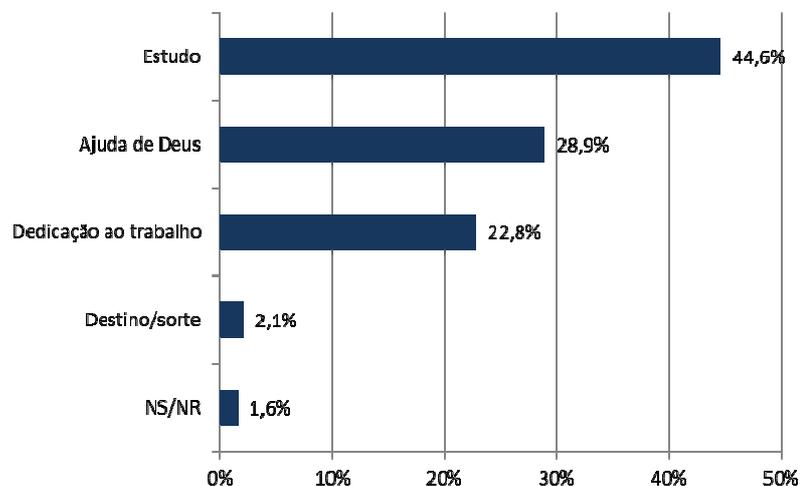


O que pensam os candidatos do ENEM?

Os candidatos realizam as provas do Enem com o objetivo de obter acesso a uma instituição de ensino superior pública ou privada. Ingressar em um curso superior é a aspiração desses estudantes. Temos a hipótese de que o curso superior é algo desejado em razão de que ele pode transformar positivamente a vida do estudante. Nesse caso, ofertando condições para a conquista de um emprego, por exemplo. Entre os entrevistados, acreditam 99,5% que o curso superior pode mudar sua vida.

Qual o principal responsável pelo sucesso do seu trabalho? A resposta de 44,6% foi o estudo; a ajuda de Deus segundo 28,9%; dedicação ao trabalho para 22,8% e 2,1% atribuem ao destino/sorte. Esses dados mostram que parte dos estudantes associa o sucesso no trabalho à conclusão de um curso superior, pois 44,6% afirmam que é o estudo que lhe dará sucesso no trabalho; porém, a ajuda divina é citada por 28,9% dos estudantes. Desse modo, uma parcela dos estudantes faz o Enem, mas acredita que o sucesso no trabalho não depende do estudo, ou exclusivamente dele, mas também, ou só, da ajuda de Deus (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Razões pelo sucesso de seu trabalho



Os candidatos do Enem, na maioria, conhecem o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). São 96% dos estudantes que declaram conhecer e 62,5% pretendem ser aluno do Fies. Observamos que a parte majoritária dos estudantes pretende utilizar o Fies para concluir o curso superior. O Fies subsidia as mensalidades de estudantes matriculados em instituições de ensino superior privado.

Os estudantes, na maior parte, conhecem o Programa Universidade para Todos (ProUni). No universo de 93,9% declaram conhecer o ProUni e desejam utilizá-lo 70% dos estudantes. Tal programa concede bolsa de estudo para estudantes de escolas públicas em instituições de ensino superior privado.

O ProUni, igualmente ao FIES, é um programa criado e administrado pelo poder estatal, ou seja, pelo governo federal. Ambos são mantidos e ganham eficiência em razão dos recursos públicos utilizados para ofertar ensino superior em instituições privadas a estudantes que concluíram o ensino médio.

Desse modo, a maioria dos estudantes pretende utilizar recursos do Estado para concluir o curso superior. *Tal desejo representa idolatria do Estado ou necessidade em razão de que parte dos estudantes não tem como arcar ou não deseja arcar com as mensalidades do curso superior?*

O crescimento social e econômico do Brasil requer "Mais concursos públicos" Concordaram com tal afirmação 87,3%. Concursos públicos possibilitam que o indivíduo passe a fazer parte da burocracia pública, ou seja: ser um servidor do Estado, o qual é remunerado com recursos públicos. Então, existe o desejo da maioria dos estudantes de fazer parte do corpo burocrático do poder estatal. *Tal desejo representa idolatria ao Estado ou escassez de oportunidades no mercado privado?*

O Brasil precisa da ampliação do Fies e do ProUni para obter crescimento social e econômico. Essa é a opinião de 85,3% e 82,5% dos estudantes

respectivamente. Como dito, esses dois programas utilizam, exclusivamente, recursos públicos, ou seja, recursos advindos do Estado para contemplar seus objetivos.

Investimento em infraestrutura e redução da carga tributária são requisitos para o crescimento econômico e social do Brasil de acordo com 84% e 74,6% dos estudantes entrevistados. O investimento em infraestrutura poderá advir do poder estatal e de parceria público-privada. Portanto, não é uma ação que depende exclusivamente do Estado. A redução da carga tributária representa a diminuição da participação do ente estatal na vida econômica dos indivíduos. Então, observamos, no aspecto da tributação, o desejo da maioria dos entrevistados por um Estado menor, menos ativo como sujeito arrecadador dos recursos privados gerados pelo indivíduo.

Os estudantes estão relativamente divididos quanto ao programa social Bolsa Família, o qual, por meio de recursos públicos, oferta renda mínima a famílias de baixa renda. Segundo 49% dos estudantes, é necessário que o Brasil amplie o Bolsa Família para obter crescimento econômico e social, contudo 41,7% discordam. Constatamos resistência ao programa citado. *Qual é a razão de tal resistência por parte de 41,7% dos candidatos do Enem?*

Para 49% dos estudantes, a privatização não é instrumento para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Privatizar significar a "venda" de empresas estatais para o setor privado. Ou a concessão de serviços que eram realizados pelo Estado, como a manutenção de estradas, para a iniciativa privada. Tal dado sugere que os estudantes desejam que as empresas estatais sejam públicas, ou que determinados serviços continuem a ser explorados pelo ente estatal. *Assim sendo, qual é a razão dos estudantes, na maioria, não serem favoráveis à privatização?*

Lamounier e Souza (2010) e Almeida (2007) utilizam a renda e a classe social, respectivamente, para verificar se existem opiniões diferentes entre os estratos

sociais. Utilizamos também a segmentação das opiniões dos estudantes por classe econômica. Não encontramos diferenças fundamentais, mas alguns dados nos chamam a atenção.

A defesa da redução da carga tributária é majoritária entre os estudantes, assim como a ampliação do Fies, ProUni e a defesa por mais concursos públicos. O que nos chama a atenção é que, independentemente da renda, os estudantes são favoráveis, majoritariamente, aos programas educacionais estatais. Mesmo que um estudante da classe A possa pagar mensalidade em uma instituição de ensino superior privada, ele defende o Fies e o ProUni. A defesa do concurso público também independe da renda, mesmo que os estudantes das classes A e B vivam em um ambiente que pode ofertar-lhes oportunidades no mercado de trabalho (SOUZA, 2015).⁴

O apoio ao Programa Bolsa Família encontra maior adesão nos estratos sociais menores, classes B2, C1, C2 e D/E. Obviamente, pois quanto menor a classe, maior reconhecimento quanto à importância do programa. Essa é uma hipótese que sugerimos. Tal hipótese adquire plausibilidade quando observamos quanto maior a classe, menor o apoio ao Programa Bolsa Família.

É nas classes C2 e D/E que encontramos o maior percentual de estudantes favoráveis à afirmação de que a privatização de empresas pode contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. *Ora, se eles, teoricamente, dependem mais fortemente da ação do ente estatal, por que eles são mais favoráveis à privatização do que as classes B?* É no universo das classes B que encontramos o maior percentual de indivíduos contrários à privatização (Gráfico e Tabela 1).

⁴ Souza (2015) frisa que indivíduos das classes abastadas podem ter mais oportunidades no mercado de trabalho do que os indivíduos pertencentes às classes C e D em razão das redes de amizade.

Gráfico 3 – Opinião sobre o que é necessário para o crescimento econômico e social do Brasil

ITEM	SIM	NÃO	NS/NR
Mais concursos públicos	87,3%	8,0%	4,7%
Ampliação do ProUni	85,3%	8,9%	5,8%
Investimento em infraestrutura	84,0%	9,1%	7,0%
Ampliação do FIES	82,5%	11,8%	5,7%
Redução da carga tributária	74,6%	14,6%	10,9%
Ampliação do Bolsa Família	50,0%	41,7%	8,3%
Privatizações de empresas estatais	37,8%	49,0%	13,2%

Tabela 1 – Opinião sobre o que é importante para que haja crescimento econômico e social do Brasil

Para você o crescimento econômico e social do Brasil requer		Classe socioeconômica					
		A	B1	B2	C1	C2	D-E
Redução da carga tributária	Sím	72,7%	80,0%	79,2%	83,6%	92,0%	81,3%
	Não	27,3%	20,0%	20,8%	16,4%	8,0%	18,8%
Ampliação do Bolsa Família	Sím	45,5%	40,0%	58,4%	55,0%	57,3%	52,6%
	Não	54,5%	60,0%	41,6%	45,0%	42,7%	47,4%
Ampliação do Fies	Sím	72,7%	80,0%	89,1%	86,6%	89,9%	95,0%
	Não	27,3%	20,0%	10,9%	13,4%	10,1%	5,0%
Investimento em infraestrutura	Sím	100,0%	70,0%	89,1%	93,3%	88,4%	77,8%
	Não	0,0%	30,0%	10,9%	6,7%	11,6%	22,2%
Ampliação do ProUni	Sím	70,0%	80,0%	89,8%	90,7%	94,9%	86,4%
	Não	30,0%	20,0%	10,2%	9,3%	5,1%	13,6%
Mais concursos públicos	Sím	90,9%	78,9%	90,5%	93,4%	94,2%	91,3%
	Não	9,1%	21,1%	9,5%	6,6%	5,8%	8,7%
Privatização de empresas estatais	Sím	44,4%	31,6%	39,3%	42,7%	49,0%	46,7%
	Não	55,6%	68,4%	60,7%	57,3%	51,0%	53,3%

Os estudantes idolatram o Estado

O que significa idolatrar ou amar o Estado? Quando indivíduos reconhecem que o Estado provê políticas públicas meritórias e atende aos seus desejos e

interesses, eles o idolatram, amam. A demonização do Estado tem definição distinta, obviamente, da definição de idolatria do Estado exposta. Tal definição foi construída considerando os argumentos empíricos de Almeida (2007), Lamounier e Souza (2010) e os dados aqui apresentados.

A definição de idolatria do Estado proposta possibilita a identificação de indícios para o encontro da resposta ao problema deste artigo: *Os estudantes brasileiros, candidatos ao Enem, idolatram o Estado ou o demonizam?* Os indícios estão nas opiniões dos candidatos do Enem.

Para você, o crescimento social e econômico do Brasil requer... Essa indagação mostra que os candidatos do Enem idolatram o Estado. Como mostrado, a maioria dos estudantes defende mais concursos públicos, portanto, desejam fazer parte do corpo burocrático do Estado. Não é porque o estudante idolatra o poder estatal que ele deseja ser servidor público. Tal causalidade pode ser falsa. Existem outras causas para motivar o indivíduo a ser funcionário público, por exemplo, a baixa oferta de trabalho no mercado. Contudo, no momento em que o estudante deseja fazer parte do Estado, ele revela que este contempla os seus interesses.

A defesa majoritária de programas educacionais do Estado, no caso o ProUni e o Fies, revela que os estudantes reconhecem, independentemente da classe social, a importância do Estado como instrumento para a conquista de um diploma de curso superior. Segundo 99,5% dos estudantes, a conclusão do curso superior pode transformar a vida dele para melhor, desse modo eles reconhecem que o Fies e o ProUni têm condições de transformar sua vida para melhor. Então, o apoio majoritário ao Fies e ao ProUni evidencia indícios da idolatria dos estudantes para com o ente estatal. Além disso, os candidatos do Enem devem reconhecer como política pública meritória o ProUni e o Fies.

Majoritariamente, conforme opinam 50% dos estudantes, o Programa Bolsa Família é necessário para o crescimento social e econômico do Brasil. Nem todos os

candidatos do Enem são beneficiados por esse programa, contudo eles reconhecem a importância dessa política social que advém do Estado. Ao reconhecer a importância de uma política pública estatal, o candidato do Enem admite a importância do papel do Estado, por conseguinte, estamos diante de indícios de idolatria.

A privatização não contribui para o crescimento social e econômico do Brasil. Essa é a opinião de 49% dos estudantes. Privatizar representa limitar a ação do Estado na economia. O ente estatal deixa de ser proprietário de empresas ou de ser o sujeito provedor de determinados serviços públicos. A não defesa da privatização é o reconhecimento do indivíduo de que o Estado atende aos seus interesses.

Observamos a defesa do Estado mínimo quando os estudantes, na maioria, afirmam que a redução da carga tributária contribui para o crescimento social e econômico do Brasil. Quando a carga tributária é reduzida, o poder estatal diminui sua participação na economia no âmbito da arrecadação de tributos (MENDES, 2014). A defesa por carga tributária menor expõe contradição entre os estudantes.

Ao mesmo tempo em que eles defendem o ProUni, Fies e o Bolsa Família, políticas sociais que requerem recursos do Estado, eles são favoráveis à redução da carga tributária. Quanto menor a carga tributária poderá ser menor a capacidade do poder estatal em ampliar e até financiar políticas públicas, dentre as quais, as evidenciadas neste artigo. Então, os estudantes mostram que são contraditórios. Tal contradição pode advir da baixa informação que eles têm da relação causal mostrada.

Considerações finais

Concluimos que os estudantes, majoritariamente, idolatram o Estado brasileiro. Apenas no instante em que se pergunta quanto à carga tributária, os estudantes mostram o desejo de ter um Estado mínimo, as eles desejam políticas

sociais e são contrários às privatizações. Desse modo, este artigo mostra indícios de que Almeida (2007), Lamounier e Souza (2010) e Melo (2016) estão corretos, ou seja, os brasileiros idolatram o Estado.

Ressaltamos um dado fundamental. Encontramos indícios de idolatria do Estado em estudantes que desejam realizar um curso superior. São, na maioria, jovens e farão parte, em breve, da população ativa com ensino superior. Ao fazerem parte desse segmento, eles tendem a não defender a ação empreendedora no mercado privado, mas buscarão oportunidades no ente estatal por meio de concursos públicos.

A não presença de indivíduos empreendedores no mercado impossibilita o crescimento pujante do setor produtivo brasileiro? A resposta a essa pergunta não pode ser evidenciada neste instante, pois certamente será simplória. As condições que o Estado oferta aos indivíduos para eles se tornarem empreendedores devem ser consideradas (MENDES, 2014). Nesse caso, podemos estar diante da seguinte causalidade: o Estado não oferta condições ao empreendedorismo, em razão disso, os indivíduos buscam a sobrevivência no ambiente estatal, conseqüentemente, idolatram o Estado.

O acesso ao ensino superior possibilitado pelo Fies e ProUni tende a ofertar indivíduos produtivos e com motivação empreendedora ao mercado de trabalho. Com isso, as políticas sociais que atendem aos estudantes e que eles as defendem podem criar processo de transição em sua mentalidade. Indivíduos deixam de idolatrar o Estado e tornam-se empreendedores e, por conseqüência, não mais idolatram o ente estatal.

Outra hipótese deve ser considerada: indivíduos tornam-se empreendedores em razão das políticas sociais do Estado e continuam a idolatrar o Estado, pois reconhecem que este tem papel fundamental na geração de oportunidades e na amenização da desigualdade social. A desigualdade social, então, financiaria a

demanda por mais ação estatal (MENDES, 2014). Por consequência, a idolatria do Estado é renovada e reforçada na mente dos indivíduos em razão da presença da alta desigualdade social.

A desigualdade extrema em um ambiente político democrático gera diversidade de problemas econômicos. Esta tese levantada por Mendes (2014) nos incentiva a concluir com uma tese complementar: a desigualdade extrema em um ambiente político democrático possibilita que indivíduos idolatrem o estado.

Referências

ALMEIDA, Alberto. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MELO, Marcus André. **Raízes de um Brasil político**: os caminhos de um projeto iliberal. Folha de S. Paulo, 31 jan. 2016.

MENDES, Marcos. **Por que o Brasil cresce pouco?**: desigualdade, democracia e baixo crescimento no Brasil do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jesse. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. Jesse. A quem serve a classe média indignada? **Folha de S. Paulo**, 10 jan. 2016.